ATA DO CONSELHO FISCAL

No dia três de agosto de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, estiveram reunidos no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro em reunião ordinária os membros do Conselho Fiscal **Adriana Sarti, Maria Aparecida Felisbino de A. Norberto, Mariangela de Lourenço Berzaghi Dagnoni, Nelson Leme da Silva Junior, Regina Siqueira Masson, a Diretora interina Financeira e contábil Juliana Cristina Simões e o Superintendente Lineu Vianna de Oliveira**: iniciou-se com a entrega da cópia da ata da reunião anterior pela secretária **Adriana. Nelson** sugere que iniciemos a reunião com a leitura da ata e **Mariangela** se oferece para fazer a leitura, após o término e, não havendo correções a serem feitas, a ata foi assinada por todos e entregue para ser arquivada em livro próprio. **Adriana** solicita à conselheira Regina que guarde junto com a ata do dia vinte e oito uma cópia do projeto de Regimento citado na mesma como anexo. **Regina** informa que apesar de já ter mandado o Regimento aprovado para publicação no Diário Oficial naquele mesmo dia, ainda não foi publicado e que provavelmente seja publicado na próxima quarta-feira. **Nelson** comunica que recebeu um ofício da administração do Instituto (Sr. Eduardo) informando que estão colocando a disposição do conselho um notebook e uma impressora. **Nelson** faz a leitura do ofício (segue anexo cópia do mesmo), coloca, após o término, que discorda das regras estipuladas, pois se todo equipamento é de uso coletivo prefere não usar. **Maria Aparecida** questiona o por que de toda responsabilidade ficar com o Conselho Fiscal, Regina também concorda pois no próprio ofício o Instituto se exime de qualquer responsabilidade. **Nelson** coloca que se não há segurança para o uso prefere não usar. **Maria Aparecida** opina que então é melhor ficar como está. **Nelson** coloca que poderia haver uma utilização da impressora se necessário, mas que do notebook seria desnecessário. **Mariangela** sugere que cada um use o próprio. **Juliana** questiona os equipamentos serem usados também pelos funcionários do Instituto, se cada um tem seu equipamento e teriam sido comprados para uso exclusivo dos Conselhos. **Mariangela** questiona a responsabilidade apenas do conselho fiscal e não dos dois conselhos. **Maria Aparecida** coloca que não concorda, pois se o notebook e a impressora são para uso dos dois conselhos e dos funcionários, não haveria lógica de somente o conselho fiscal ficar responsável pelos equipamentos. **Nelson** coloca que acredita que este ofício tenha sido encaminhado para o conselho deliberativo também, diz não saber se o teor foi igual ao recebido por este conselho, mas que de qualquer forma considera que foi mal elaborado e não concorda em dividir responsabilidade com ninguém. **Adriana** coloca que concorda que é necessário deixar mais claro no documento que os equipamentos são de responsabilidade dos dois conselhos e, que considera necessário haver regras para uso coletivo de qualquer produto público. **Juliana** coloca que os funcionários não deveriam usar estes equipamentos, que só os conselhos deveriam fazer uso dos mesmos e que cada um deveria ter um login, pois os assuntos tratados são específicos de cada conselho. **Regina** questiona se da forma que já está sendo feito está adequada às necessidades do conselho e se necessita haver mudança e explica que a compra destes equipamentos foi uma reinvindicação dos conselhos anteriores. **Nelson** reforça que considera complicado ficar responsável por uma coisa utilizada por muita gente, explica que fará uma resposta ao ofício recebido dizendo que não haverá problema,

desde que os equipamentos sejam usados apenas pelos conselhos e com login e senha separada. **Adriana** coloca que se o conselho anterior solicitou e o Instituto fez a compra, seria complicado dizer que agora não é mais necessário, seria um dinheiro gasto indevidamente. **Regina** explica que foi uma solicitação feita na última reunião do conselho anterior, pois sempre que precisavam de algum documento digitado solicitavam que ela redigisse. **Adriana** propõe que se faça uma resposta sugerindo algumas alterações mais adequadas ao uso dos equipamentos, já que foram adquiridos para este fim. **Nelson** coloca que solicitará, por ser o computador de uso coletivo, que as senhas sejam particulares. **Nelson** informa sobre os ofícios enviados ao Superintendente Lineu e à Diretora contábil Juliana e solicita que sejam lidos por Mariangela para conhecimento de todos. **Regina** informa que já entregou uma cópia do Regimento aprovado ao Superintendente Lineu e à Diretora contábil Juliana para conhecimento de ambos. **Nelson**, seguindo a pauta, inicia a verificação do balancete do mês de maio colocando algumas dúvidas: primeiro qual é o procedimento com relação aos depósitos realizados, questionando os depósitos em dinheiro, já que não é de praxe que sejam feitos assim, que o habitual seriam em cheques ou transferências. **Maria Aparecida** confirma que a Fundação de saúde não faz depósitos em dinheiro, já que existe uma portaria do Tribunal de contas e Ministério da Fazendo proibindo pagamentos em dinheiro, a não ser em casos específicos, devem ser feitos com transferência bancária. **Juliana** acata e diz que comunicará a Câmara, Prefeitura e DAAE que a partir de agora não poderão mais fazer pagamentos em dinheiro, que deverão utilizar transferências eletrônicas. **Nelson** coloca que este procedimento garante mais segurança para o Instituto que saberá de quem recebeu os pagamentos e facilita a prestação de contas para os órgãos de gerenciamento de forma mais transparente. **Regina** diz que o Instituto possui alguns funcionários afastados, mas que continuam contribuindo facultativamente e suas contribuições são feitas em dinheiro, questiona se deverão também modificar a forma de pagamento para transferências bancárias. **Nelson** coloca que estes depósitos deverão pelo menos serem identificados. **Regina** informa que não será imediata esta mudança, mas estará comunicando também aos novos funcionários que será desta forma. **Nelson** solicita a Juliana que, se possível, as aplicações também sejam identificadas, que a Caixa poderia identificar o autor da aplicação no extrato. **Juliana** diz que vai verificar esta possibilidade junto ao banco. **Maria Aparecida** sugere que se o banco não puder atende, que Juliana solicite à Fundação, Prefeitura, Câmara e DAAE que enviem cópia do depósito. **Juliana** informa que pelo valor é possível saber de quem são e que ela precisará estar cobrando os entes e não sabe se será atendida, acumulando mais responsabilidade a que já possui. **Nelson** solicita então que ela comunique formalmente o pedido do conselho e que depois se não houver resposta o próprio conselho fará a cobrança. **Nelson** continua com a análise do balancete questionando sobre haver transferência entre mesma conta. **Juliana** responde que a folha de pagamentos e benefícios são feitos em contas separadas da de investimentos, tira-se de uma conta e passa para outra no próprio banco, Caixa. **Juliana** informa que a conta de pagamentos não fez parte da prestação de contas ao conselho anterior. **Nelson** solicita que a partir de agora Juliana inclua o extrato desta conta para que fique claro de que aplicação saiu o dinheiro e onde foi utilizado o pagamento. **Juliana**

informa que todo resgate sai do fundo de aplicação IRF-M1 (Índice de Renda Fixa do Mercado 1) para a conta de pagamentos por transferência. **Nelson** solicita que Juliana faça um apontamento ao conselho fiscal de todas as contas e aplicações financeiras do Instituto, que relacione quantas e quais são as contas existentes. **Juliana** informa que quem estará explicando sobre as aplicações financeiras será o Superintendente Lineu, já que é o responsável por estas aplicações. **Nelson** informa que irá enviar ofício ao Instituto solicitando informações necessárias. **Adriana** questiona sobre a dívida da prefeitura com o Instituto, pois vendo que aparecem no balancete pagamentos de parcelamentos efetuados pela prefeitura, gostaria de saber a que se referem estes pagamentos. **Juliana** explica que são referentes ao parcelamento e reparcelamento de dívidas antigas, que os que são visualizados no extrato são Prefeitura e Fundação parcelamento, Prefeitura e Fundação reparcelamento, não tendo nada a ver com a dívida atual , que achamos que está sendo depositado em juízo, pois não temos acesso a estes depósitos, somente apareceria no extrato se houvesse um acordo aceito de parcelamento, os anteriores estão sendo pagos. **Nelson** questiona se não há uma informação judicial sobre esta conta jurídica. **Juliana** responde que houve em dezembro uma última informação e como não houve acordo foi a última informação que receberam. **Adriana** questiona se não havendo acordo nada está sendo pago. **Juliana** responde que está sendo paga a parte do servidor, que é o que aparece no extrato, Câmara e Arquivo estão pagando integral, Fundação, Prefeitura e DAAE só estão pagando o do servidor. **Regina** completa que atuarial e déficit estão atrasados. **Adriana** questiona se quando diz, do servidor, está se referindo ao que é descontado do servidor. **Juliana** diz que sim, que os onze por cento do servidor são pagos integralmente. **Adriana** pergunta se as aplicações financeiras que aparecem no balancete com variações de rendimento são assim mesmo e se o que conta é o resultado final que é positivo. **Juliana** responde que todo mês o que se gasta é bem inferior ao que se arrecada, o Instituto está se capitalizando, utilizando recursos de repasse para pagar benefícios. **Juliana** explica que as metas variam mês a mês e que em uns meses ela é alcançada e outros não, mas que um compensa o outro e no geral ela é alcançada. **Regina** completa que depende da variação do mercado. **Juliana** reafirma que sobre as aplicações gostaria que o Superintendente Lineu explicasse, pois ele é o gestor dos recursos, explicou que embora ela saiba das aplicações ele poderia esclarecer melhor, que sua parte é mais contábil. **Nelson** coloca que a contabilidade do Instituto não pode estar separada das aplicações financeiras, que é uma situação só, entende que Juliana prefira que esta explicação mais detalhada seja do gestor. **Juliana** concorda e explica que como é ele que decide sobre estas aplicações, pois é de sua responsabilidade, gostaria que ele próprio se manifestasse. **Maria Aparecida** diz que com relação ao balancete analítico da despesa orçamentária por elementos, solicitou se no próximo Juliana poderia tirar por item e não por elemento. **Juliana** concorda e coloca a disposição todas as notas que estão guardadas. **Maria Aparecida** questiona sobre o escritório técnico que faz o cálculo atuarial. **Juliana** explica que não é feito este cálculo no Instituto, que esta empresa é especialista neste tipo de cálculo e é contratada para este fim, que alguns nomes que aparecem na planilha são de prestadores de serviços e produtos contratados por processo de compra. **Maria Aparecida** pergunta sobre a forma de contratação dos dois

médicos que aparecem na planilha. **Regina** explica que são três médicos e que no início foi feito diretamente com eles, a Conam informou que não poderia ser feito assim, então foi feito um edital de credenciamento, explica que há uma demanda grande e que talvez aumente o número de médicos credenciados à pedido do Instituto, pois como a pessoa que passará por perícia não pode ser paciente particular do médico, restringe as possibilidades. **Maria Aparecida** questiona o valor cobrado por perícia e **Regina** informa que as perícias se encerram todo dia vinte, é feita a conferência e lançado na folha de pagamento e o valor cobrado por perícia é por volta de oitenta e dois reais, mas que verá exatamente e depois informar. **Juliana** informa que no dia vinte e três de maio houve uma valorização de cota, explicou que tem depósitos que entram para o banco, por exemplo, no dia quatro e só será aplicado em nossa conta no dia sete, ou quando são depositados em cheque, esta situação foi uma briga em que o conselho anterior chamou o banco aqui e solicitou que não houvesse mais esta demora para cair na conta do Instituto, então a Caixa passou a pagar os juros se acontece esta demora, isto é o que aparece como valorização de cotas. **Juliana** diz que após ser pago, estes juros vão imediatamente para aplicação, como também todo dinheiro que entra na conta, motivo que ela está sempre zerada. **Adriana** questiona se o pagamento de um resort nas Cataratas é alguma formação de algum funcionário do Instituto e **Regina** explica que foi um congresso que participaram as funcionárias do Instituto Elisangela e Michele, e era mais barato se hospedarem no próprio hotel do evento. **Nelson** então questiona que sua ida à Brasília para participar de um evento para o Instituto, no Ministério da Previdência, foi custeado do seu bolso pois não poderia ser pago pelo Instituto, questiona ainda por que para funcionários do Instituto a Conam não nega e para conselheiros, que contribuirão com o Instituto, há restrições. **Juliana** explicou que o argumento da Conam foi de que os conselheiros já possuem ajuda de custo, então não há justificativa para Instituto arcar com despesas. **Nelson** diz que esta ajuda é irrisória e não justifica tal argumento. **Maria Aparecida** sugere então que se reveja o valor do jeton para o caso de ser necessário custear as despesas nesta situação. **Mariangela** pergunta por que foi custeada a ida de dois conselheiros e de Nelson não. **Regina** responde que conversando com o Superintendente ele disse que não haveria justificativa para o conselho fiscal estar indo, pois ele não delibera sobre o assunto , apenas o conselho deliberativo é que decidiria sobre o parcelamento. **Mariangela** diz que se deve questionar o Tribunal de contas sobre o pagamento de cursos, pois a Conam não tem esta prerrogativa de decidir sobre o assunto. **Regina** retoma a informação sobre o valor pago por cada perícia, que é de oitenta e três reais e noventa e sete centavos, exceto quando a perícia é residencial que então o valor é de duzentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos, **Regina** informa que o valor pago no mês varia de acordo com o número de perícias feitas em cada mês. **Nelson** questiona se o salário do Superintendente não seria pago pela Prefeitura. **Juliana** diz que ele optou por ser pago pelo Instituto. **Regina** complementa com a informação de que ele foi nomeado pelo prefeito e inicialmente Lineu preferiu receber quarenta e cinco por cento sobre o salário do cargo, depois em meados da primeira gestão ele optou por ficar somente no Instituto, informou que hoje ele não recebe nada da prefeitura, e conforme a lei do Instituto o salário do Superintendente é equiparado ao de Secretário. **Regina** diz que manda o relatório à

Juliana separadamente todo mês e sua referência é de Agente Político. **Nelson** solicita esclarecimento sobre a situação do Superintendente. **Regina** esclarece que ele está na folha de pagamento do Instituto. **Nelson** questiona o fato de o Superintendente estar na folha de pagamento do Instituto e não estar o tempo todo dentro do mesmo, coloca que ele está afastado da secretaria recebendo salário do Instituto e permanece muito tempo na secretaria da educação. **Regina** sugere que o próprio Superintendente Lineu responda. **Nelson** explica que se é para estar na secretaria da educação, que o salário deve ser pago por lá. **Juliana** coloca que se não houver mais dúvidas passará para a parte do Superintendente que explicará as aplicações financeiras. **Juliana** informa que o balancete está sendo publicado no site do Instituto, que é função do Eduardo, mas acredita que esteja em ordem. (Aguardando a chegada do Superintendente) **Adriana** pergunta ao Nelson se não recebemos a ata da reunião conjunta entre os dois conselhos para ser assinada. Não houve resposta. **Juliana** explica que para o conselho fiscal anterior só interessava os investimentos. **Nelson** coloca que o que interessa é a posição consolidada para este conselho. **Juliana** relata que o Instituto trabalha com quatro bancos: Banco do Brasil, Santander e as duas Caixas. **Maria Aparecida** considera interessante que nos apresente todos os extratos a título de resumo. **Maria Aparecida** solicita alguns esclarecimentos sobre as contas e **Juliana** detalha cada procedimento e diz que prefere apresentar os extratos a detalhar os relatórios por estar com excesso de trabalho. **Juliana** faz nova explicação sobre perdas e ganhos das aplicações financeiras que aparecem na prestação de contas e sobre os lançamentos. **Lineu** chega e **Nelson** coloca que fez um apontamento sobre o salário do Superintendente que aparece no balancete, que é, por opção do mesmo, pago integralmente pelo Instituto, questiona por que passa tanto tempo na educação e não fica o tempo todo no Instituto. **Lineu** responde que vai à educação quando é chamado e depois retorna ao Instituto. **Nelson** responde que normalmente não é o que é verificado e que estará oficiando de que a presença do Superintendente deve ser integral no Instituto. **Lineu** afirma que é integral e que todas as suas ausências são para tratar assuntos do Instituto, exemplifica que Nelson também como Diretor em alguns momentos tem que se ausentar da escola para resolver problemas da escola. **Nelson** explica que sobre suas ausências da escola, já conversou sobre o assunto com a supervisão e com a Diretora de departamento Elenita, e não considera a mesma situação. **Nelson** reafirma que se o pagamento sai do Instituto deve o Superintendente ficar no Instituto e que estará fazendo um apontamento sobre o assunto, considera que se estivesse saindo da prefeitura poderia ser esta situação. **Nelson** pede que os outros conselheiros se posicionem com relação ao assunto se concordam ou não. **Mariangela e Maria Aparecida** concordam, **Adriana** não concorda e justifica questionando se a situação está prejudicando o Instituto de alguma forma, no que diz respeito aos deveres administrativos do Lineu e como era a situação do Superintendente anterior, se permanecia o tempo todo no Instituto e somente o Superintendente atual se ausenta desta forma. **Lineu** coloca que tem um horário aberto, que só não poderia exercer outra função remunerada, por conta própria, e que, todas as vezes que se ausenta é para resolver problemas do Instituto, quando está na educação não resolve só os problemas de lá, muitas vezes liga para Regina, pois está resolvendo problemas relacionados ao Instituto. **Mariangela** coloca que concorda

porque também é funcionária e tem que cumprir seu horário no local. **Lineu** afirma que são situações diferentes a do cargo dele e o dela e coloca para Nelson que responderá ao seu apontamento e que não é a primeira vez que o conselho faz este questionamento, que ele já respondeu anteriormente e o fará novamente. **Lineu** afirma que não está fazendo nada ilegal. **Adriana** coloca que considera importante que haja um documento formal dos funcionários do Instituto de que esta situação está prejudicando o funcionamento do mesmo e em que está sendo prejudicado para que possa haver mudanças e respaldar esta reclamação feita pelo conselho. **Nelson** coloca que o respaldo está no fato de que, se o pagamento é feito integralmente pelo Instituto, ele deve ficar apenas no Instituto, completa dizendo que se o pagamento fosse feito pela prefeitura não teria importância alguma onde ele ficaria para cumprir seu trabalho. **Nelson** coloca que o apontamento está relacionado ao conselho fiscal que verificou o pagamento do superintendente na prestação de contas apresentada. **Regina** coloca que quanto ao questionamento da conselheira Adriana sobre o funcionamento do Instituto na administração anterior, ela era a única que poderia responder por estar no Instituo desde o início, informou que o Superintendente anterior permanecia no Instituto e somente duas tardes da semana ele ficava fora, pois dava assessoria em outras prefeituras (Jarinu e Campo Limpo), mas sempre que era preciso ligava-se ao Superintendente para resolver algum problema, informou que no dia a dia permanecia no local. **Lineu** coloca que não dá assessoria em lugar algum, que não realiza nenhum trabalho pessoal remunerado, que inclusive está com todos os seus estudos prejudicados, informou que trabalha em tempo integral para o Instituto, que inclusive em casa ou quando está viajando de folga, liga para acompanhar o mercado financeiro que fecha sempre depois do expediente e após, ainda são feitas uma porção de observações, pois vai até às vinte e duas horas o fechamento do mercado financeiro, informa que tudo isto é sua função e que trabalha integralmente para o Instituto todas as horas necessárias, sem nenhum trabalho com remuneração extra. Esclarece que quando está na educação também continua trabalhando para o Instituto e também fica à disposição para ligarem e atender o Instituto. E informa que estará respondendo por escrito. **Nelson** deixa claro que não é pessoal e o apontamento é apenas clareza na prestação de contas e com relação a muitas falas sobre o Superintendente não ficar no prédio do Instituto. **Regina** reforça que realmente algumas vezes Lineu liga da educação para solucionar problemas do Instituto, mas que considera que seria mais apropriado resolverem problemas do Instituo no Instituto, já que a educação fica sabendo dos problemas do Instituto e o contrário não acontece. **Regina** coloca que neste momento está falando como funcionária do Instituto. **Adriana** coloca que então se encaminhe os problemas que são relacionados ao Instituto e que aparecerem na educação para o Instituto. **Nelson** reforça que esta situação talvez não cause prejuízo ao Instituto no sentido de funcionamento do órgão, mas sim à sua imagem. **Mariangela** concorda que se existe um local onde funciona o Instituto é lá que o Superintendente deve estar. Não havendo mais dúvidas encerrou-se o assunto anterior e deu-se continuidade à reunião com questões sobre as aplicações financeiras citadas no balancete. **Nelson** inicia colocando que segundo o Tribunal de contas o comitê de investimentos é muito importante dentro do Instituto, indagou primeiramente sobre a formação do Comitê, pois segundo o Tribunal não

existe compatibilidade entre a administração pública e os interesses do Instituto, então não deveria haver dentro do comitê de investidores membros ligados a administração pública ou em cargos comissionados, que não seria adequado. **Lineu** pergunta quem seria comissionado dentro do comitê. **Nelson** responde que o Sr. César Pedro. **Lineu** afirma que quando ele entrou para o comitê não possuía cargo comissionado. **Nelson** questiona qual seria o critério estabelecido para se manter um comitê investidor desde há muito tempo, já que o site não informa o período, e que pedirá informação via ofício. **Lineu** relata que o comitê de investimento é um decreto do Prefeito e que ele já oficiou o mesmo sobre a necessidade de atualizações neste decreto. **Nelson** coloca a sua estranheza por ser justamente um decreto do Prefeito, a manutenção do grupo que está lá a tanto tempo e não haver atualização deste decreto. **Juliana** pergunta se o mandato do comitê é de dois anos prorrogável por mais dois. **Nelson** diz que não é o que diz no site. **Regina** diz que inclusive tem gente a mais tempo do que este período. **Lineu** informa que não era obrigatória a formação deste comitê, que foi o Superintendente anterior que instituiu o comitê. **Regina** reforça que não era necessário o comitê, mas que ele nomeou por portaria para dividir a responsabilidade. **Lineu** completa com a informação de que o Ministério da Previdência depois soltou uma Normativa de que era obrigatória a formação do Comitê e assim foi feito. **Lineu** coloca que precisa mesmo ser revisto e atualizado, pois é necessária a representatividade dos dois conselhos neste comitê e de um aposentado, informa que está oficiando o prefeito para que sejam feitas as alterações, informa ainda que os membros terão que ter o CPA. **Regina** informa que o Decreto do comitê é de vinte e oito de janeiro de dois mil e treze. **Lineu** informa que o Instituto estará pagando curso de certificação do CPA 10 para os membros dos dois conselhos que se interessarem. Todos os conselheiros presentes se interessaram, exceto a conselheira **Adriana. Juliana** informa que já nos anos passados foi oferecido aos conselheiros, houve interesse de apenas um conselheiro que depois se desligou do conselho. **Lineu** pede que os interessados depois permaneçam e participem do comitê. Houve uma verificação dos membros do comitê atual e verificou-se que alguns membros já se desligaram e que há necessidade urgente de atualização, inclusive do site. **Nelson** solicita que se inicie com as dúvidas ao Superintendente. **Maria Aparecida** volta ao questionamento feito a Juliana sobre a empresa contratada para o cálculo atuarial se não há no Instituto algum funcionário apto a fazer este cálculo. **Lineu** responde que para se fazer este cálculo a pessoa tem que ser atuário com formação em curso superior e certificado, diz desconhecer qualquer Instituto que faça seu próprio cálculo e que em nossa Lei não é exigido, informou que na Lei 023 o que se exige é que se tenha uma empresa contratada (por licitação) para efetuar o cálculo e que faça a assessoria atuarial. Informa que inclusive se for necessário e o conselho necessitar pode-se chamar o atuário para fazer explicações, e que esta empresa é mesma que presta este serviço desde o início do Instituto. Com relação aos investimentos **Lineu** explicou que maio foi um dos piores meses, fechando inclusive abaixo da meta, mas que no balanço geral com os outros meses o Instituto está colado na meta, coloca que tem conversado com outro Institutos e que a maioria abaixou a meta para poder alcançar e que nós continuamos com a meta mais alta e estamos quase alcançando. **Lineu** esclarece que quem estabelece a meta é o Instituto, baseado no cálculo atuarial, e nos tipos de aplicações

financeiras que podem ser de mais ou menos riscos, nosso Instituto optou por manter um perfil conservador, de menos riscos. Dentro deste perfil a Crédito e Mercado, que faz assessoria a muitos Institutos além do nosso, tem nos mostrado que, com este perfil, ao longo do tempo estamos rentabilizando melhor que os que optaram por investimentos de maiores riscos. **Lineu** faz uma explicação do quadro geral do mercado financeiro e que talvez haja necessidade de se mudar este perfil conservador adotado para se adequar a situação econômica do país e continuar batendo a meta atuarial. **Lineu** coloca que de acordo com a assessoria deverá mudar um pouco o perfil adotado, explica que já solicitou ao conselho deliberativo para mudar a política de investimento, Resolução 3922, que estabelece os limites de investimentos de maior risco. **Nelson** pergunta sobre os investimentos em renda variável e **Lineu** explica que nunca aplicou em renda variável, as aplicações que aparecem são as que foram feitas anteriormente a sua gestão, mas que terá que voltar com estas aplicações devido a situação econômica do país, pois ela ao longo do tempo, embora tenha muita variação, voltou a no final compensar positivamente. **Adriana** questiona se todo patrimônio do Instituto está aplicado. **Lineu** afirma que tudo está aplicado, inclusive os dois por cento de taxa de administração que poderiam não ser aplicados. **Lineu** explica que é para que o Instituto tenha a rentabilidade máxima possível. **Adriana** pergunta quanto é permitido aplicar em cada investimento. **Lineu** responde que as regras básicas são: não aplicar mais do que vinte por cento do patrimônio do Instituto em um único fundo ou fundos como o CDI ou que possuem risco de crédito e é permitido aplicar valores maiores em fundos que não apresentam risco. **Nelson** questiona quais são os alertas o Tribunal de contas tem apontado com relação às aplicações do Instituto acima de vinte e cinco por cento. **Lineu** afirma que no Instituto não há aplicações acima de vinte e cinco por cento e que a empresa de assessoria inclusive controla para que não aconteça. **Nelson** apresenta um relatório tirado do site em que aparece uma advertência quanto a este fato. **Lineu** alerta que é sobre o CRP e que é do Ministério da Previdência não do Tribunal de contas, faz algumas considerações sobre como algumas vezes é necessário fazer um reenquadramento das aplicações por conta dos juros, é chamado de desenquadramento passivo, quando acontece e é apontado pelo Ministério fazemos um processo justificando e o CRP é liberado. **Juliana** chama a atenção de que este relatório contém informações do ano de dois mil e doze e não da situação atual. **Lineu** explica então que havia várias contas desenquadradas em dois mil e doze, e que com o tempo todas foram regularizadas e a situação atual está em ordem. Após a saída do Superintendente e da Diretora contábil Juliana da sala, **Nelson** coloca que estará apontando no relatório o salário do Superintendente, pois considera uma situação importante a ser resolvida. **Regina** justifica que a presença do Superintendente no Instituto para resolver problemas administrativos do dia a dia é fundamental. **Mariangela** coloca que nos últimos dias do conselho anterior foram chamados os conselheiros Daniel e Débora justamente para uma reunião em que seriam tratados problemas na gestão administrativa do Lineu, problemas de discussões entre funcionários. **Regina** confirma e relata que fez um ofício inclusive para tratar o assunto. **Mariangela** reafirma se tratar de um problema administrativo por uma gestão ausente. **Regina** coloca que como Diretora de RH do Instituto é muito cobrada pelos funcionários com relação a

tudo isto e precisaria dividir a responsabilidade com o Superintendente, deixa claro que não é de forma alguma um problema pessoal. **Maria Aparecida** coloca que concorda com Nelson que a procedência salarial e o cargo devem ser condizentes com a prestação do serviço do funcionário no seu local de trabalho. **Adriana** coloca que há situações em que todos estão fora do local de trabalho prestando algum serviço a outro departamento e recebendo salário de outro, como por exemplo, naquele momento estávamos trabalhando para o IPRC e recebendo salário da Prefeitura, cada um da sua Secretaria, esclarece que também considera importante a presença do Superintendente no Instituto, independente de onde saia o seu salário. **Juliana** faz mais alguns esclarecimentos para a conselheira **Maria Aparecida** quanto a prestação de contas e se coloca à disposição para outras dúvidas. **Nelson** retorna ao apontamento sobre o salário do Superintendente e reafirma que sua preocupação é com relação à legalidade do dinheiro sair do Instituto, que se o pagamento saísse da Prefeitura não haveria problema em que o Superintendente ficasse um pouco em cada lugar. **Adriana** questiona então se o problema é somente de onde sai o dinheiro ou a presença do Superintendente dentro do Instituto como justificou a conselheira Regina. **Nelson** responde que está tratando apenas do mérito do dinheiro e não da presença. **Mariangela** coloca que o problema é da gestão administrativa como oficiou a conselheira Regina ao próprio Superintendente e aos conselhos anteriores com documento escrito, considera que como gestor financeiro faz bem o seu trabalho, mas como gestor administrativo precisa melhorar e assumir suas responsabilidades. **Regina** coloca que está em uma posição que em determinados momentos precisa se posicionar como funcionária do Instituto com um olhar pessoal. **Nelson** encerra aprovando as contas apresentadas com o apontamento sobre pagamento do Superintendente na integralidade pelo IPRC, solicitando por este motivo sua presença em tempo integral no Instituto e a necessidade de se enviar aos conselheiros a planilha de ordem de pagamento extra por data de programação. Fica marcada a próxima reunião para a última quinta-feira do mês, e havendo algo extraordinário os conselheiros serão avisados. Encerrou-se a reunião e eu **Adriana Sarti** lavrei a presente ata que após a leitura será assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes: